



Mário de Andrade com vista aos pósteros

Mário de Andrade With a View to Posters

Paulo Henrique Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Bambuí,
Minas Gerais / Brasil
paulo.araujo@ifmg.edu.br

Resumo: Busca-se com este artigo estabelecer uma relação entre a correspondência pessoal de Mário de Andrade e as linhas de força da poética andradiana, que contribuíram para o processo de consagração da estética modernista. Esboçaremos também um estudo sobre o alcance retórico do escritor e as reverberações de seu discurso junto aos jovens escritores, que procedem à sua geração. Nessa perspectiva, procura-se evidenciar a intenção de Mário em projetar um leitor futuro para suas cartas, característica que estabelece uma relativização das noções de público e privado de um gênero textual que, a princípio, pertenceria a apenas uma dessas esferas de circulação.

Palavras-chave: correspondência; modernismo; público; privado.

Abstract: In this article it is intended to establish a link between the personal correspondence of Mário de Andrade and the power lines of his poetry, which contributed to the modernist aesthetic consecration process. We also hold a study on the rhetorical reach of the writer and the reverberations of his speech with the young writers who proceed to his generation. From this perspective, we tried to evidence the intention of Mário in projecting a future reader for his letters, a feature that establishes a relativization of the notions of public and private of a textual genre that, at the beginning, would belong to only one of these spheres of circulation.

Keywords: correspondence; modernism; public; private.

Na história de Mário de Andrade parece não haver espaço para o lance de dados; o palpíte cego jamais ditou as regras de seu jogo. Invariavelmente o pensamento intuitivo ajoelhando-se perante o cálculo da vida cotidiana, rigor que esclarece, em grande parte, o monumento numeroso e complexo de sua obra. Cartas, ensaios, críticas literárias, crônicas jornalísticas, artigos de opinião, romances, pesquisas folclóricas, relatórios, partituras, o mundo escrito e revisto por mãos e olhos permanentemente insatisfeitos.

Atordoados, os moços buscavam seu conselho em forma de missiva. Uma palavra amiga que os reorientasse de maneira franca e incisiva, dispensando os meneios da correspondência diplomática. O ponto-cego entre juventude e idade adulta, momento determinante para a constituição de valores essenciais ao funcionalismo da vida prática, ensinava a providencial intersecção de Mário. E ele atendia a todos os chamados, inumeráveis, a julgar pelo contingente de cartas já largamente conhecidas do público, além de tantas outras, possivelmente acumuladas em gavetas esquecidas de acervos particulares, à espera do devido reconhecimento. A mera possibilidade de indiferença para com seus interlocutores o atormentava. O silêncio gritava em seus ouvidos, como se fosse ele próprio a aguardar uma resposta:

Uma carta não respondida me queima, me deixa impossível de viver, me persegue. Algumas não respondo, me exercito, ou condeno por inúteis. Me queimam, me perseguem tanto hoje como as deixadas sem resposta, vinte anos atrás. Afinal das contas, uma pessoa não pratica um modo de viver trinta anos, sem que isso se encarne nele como um órgão.¹ (ANDRADE, 2010, p. 305).

O escritor paulistano internaliza a prática da correspondência, como estrutura textual capaz de representar o mensageiro, orientando destinatários em busca de um norte intelectual, ou mesmo nutrindo as velhas camaradagens de seus contemporâneos, junto aos quais o fluxo do aconselhamento seguia uma via de mão de dupla, como se verifica nas cartas trocadas com Manuel Bandeira ou com o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa. Mário de Andrade, longe de ser um viajante contumaz – ao contrário do que aparentam as narrativas de viagem, o abandono de seu

¹ Carta a Henrique Lisboa, outubro de 1944.

escritório constituía verdadeiro martírio – foi, dentre os modernistas, aquele que se fez onipresente, através de suas cartas.

As cartas são dispositivos fundamentais para entender toda a questão da “mentorança” deste intelectual em sua relação com os escritores mais jovens. As diferenças ideológicas observadas de geração para geração constituíam-se, para o escritor paulistano, como marcadores fundamentais do campo discursivo, termômetros capazes de indicar pontos de aceitação ou de divergência dos interlocutores.

Com uma retórica pedagógica, oscilando entre a modéstia e o cabotinismo, Mário procurava em seus correspondentes a justa medida daquilo que considerava ser o papel do intelectual no campo de ação cultural brasileiro: a capacidade de receber uma herança e não se deixar estagnar por ela. A segurança de um caminho já traçado tendia a dar margens de conforto temerárias demais para as mentalidades progressistas dos moços, garimpadas por meio da correspondência. Conforme atesta Pierre Bourdieu, em *As regras da arte* (1996), este é sempre um risco a ser considerado:

A transmissão do poder entre as gerações representa sempre um momento crítico da história das unidades domésticas. Entre outras razões, porque a relação de apropriação recíproca entre o patrimônio material, cultural, social e simbólico e os indivíduos biológicos modelados pela e para a apropriação encontra-se provisoriamente em perigo. A tendência do patrimônio (e, por aí, de toda a estrutura social) em perseverar em seu ser apenas, pode realizar-se se a herança herda o herdeiro, se, por intermédio especialmente daqueles que lhe tem provisoriamente o encargo e que devem assegurar sua sucessão, “o morto (ou seja, a propriedade) apossa-se do vivo (ou seja, um proprietário disposto e apto a herdar)”. (BOURDIEU, 1996, p. 26).

Mário construía, assim, nas entrelinhas do diálogo amistoso, as bases para uma espécie de camaradagem funcional, ciente de que essa influência poderia tomar rumos bastante distintos. Havia, afinal, a possibilidade de que a sombra do mentor criasse espaços de apaziguamento seguros demais para a geração futura, a ponto de torná-la inerte ou conservadora. Ciente da admiração que sua figura intelectual despertava na geração de novos escritores, Mário postava-se nesse diálogo a meio caminho entre a afeição e a tutela, conforme atesta em

carta a Fernando Sabino, em janeiro de 1942: “Seria estúpido eu não saber que sou ‘consagrado’. Só os esforços, os esperneios, os papelões que faço pra não virar medalhão duma vez, você nem imagina” (ANDRADE, 1982, p. 19).

Como amigo, era distante, e, por diversas vezes, manifestou sua preferência pelo diálogo epistolar em detrimento de um encontro presencial: “eu nunca me sinto tão deserto e provando o gosto sáfaro da solidão que quando estou numa sala cheia de pessoas, mesmo sendo todas pessoas amigas. É indiscutível: eu gosto muito mais dos meus amigos quando eles estão longe de mim” (ANDRADE, 2015, p. 105).

Como mentor, era um “vulcão de complicações”. Reconhecia-se merecedor da estima social devida a qualquer artista consagrado, embora resistisse a valer-se dessa prerrogativa, facilmente tomada por presunção ou cabotinismo:

o que eu sofro por dentro, escutando os rapazes me falarem que “precisam” de mim. Fico desesperado. É verdade, precisam mesmo, é natural que precisem. Seria imodéstia besta dizer que muitos não precisam. Eu sinto que minha conversa, minha presença é uma espécie de comodidade pra vários.² (ANDRADE, 1989, p. 47-48).

Em contrapartida, vislumbrava também em alguns moços a força motriz capaz de transformar a figura totêmica em estímulo criador, impulsionando a produção artística rumo a novas experimentações, e fazendo jus à cisão que o movimento modernista representou em relação às tendências que o precederam. Para tanto, fazia-se necessário empenhar seu poder de influência, invariavelmente disfarçado pelas cores da amizade e da despreensão:

Não imagine jamais que pretendo conduzir você às tendências poéticas que eu pessoalmente sigo. Você faça o que entender, escolha a orientação que escolher, que achar melhor, que for melhor com a sua sensibilidade e o seu destino. E verá que por mais diferente, por mais antagonica que seja de mim, saberei sempre auxiliar você naquilo em que minha maior experiência puder ser útil.³ (ANDRADE, 1983, p. 24).

² Carta a Guilherme de Figueiredo, maio de 1942.

³ Carta a Oneyda Alvarenga, junho de 1932.

Note-se, pois, que a prática epistolar de Mário é guiada por dois princípios aparentemente antagônicos, embora complementares a fundo: o desejo de liderança e de influência, mediados pela presença de si, pela vontade de permanência na figura do outro, como um pai hierático que não se pode e nem se deseja matar; e o desejo de superação ou antes de absorção dessa figura totêmica por parte de seus correspondentes, porque só ela garante bases mais sólidas para a novidade da experiência literária de vanguarda.

Esses dois princípios são permeados pela habilidade de Mário em antecipar-se às reações dos correspondentes à sua influência, criando uma teia de significados e possibilidades previamente estudadas, a partir do momento em que há uma carta à espera de resposta. Atua desta forma a antecipação probabilística de um dado que só mais tarde poderia confluir em princípio interpretativo do real. Se, por um lado, este senso de previsão elimina o efeito surpresa para o correspondente Mário de Andrade, por outro, surpreende e hipnotiza seus interlocutores, pela capacidade de análise prévia e interpretação do outro através do dispositivo comunicante. O “mais tarde” não existe para um dos lados da correspondência, já que a espera é teleguiada por aquilo que se pretende receber. O “signo do querer”, assim definido pelo próprio escritor paulistano, baseia-se na autoconsciência da enorme disparidade hierárquica entre aquele que aconselha e aquele que recebe o conselho. A relação hierárquica dada a priori faz com que um dos lados da moeda dite as regras do jogo.

Contudo, o esforço unilateral seria ainda insuficiente, frente à complexidade da correspondência como aparelho dialógico. A carta é circunscrita por duas metades; como tal, é preciso que remetente e destinatário se empenhem, para que a mecânica da comunicação se efetive. A importância dessa diligência é potencializada na correspondência de Mário de Andrade, em função da característica que mais diretamente se reconhece nela, e que Jacques Derrida, em *Políticas de la amistad*, define como “amizade útil”:

Aqueles que preferem a amizade “ética” creem que podem prescindir da forma legal, *nomica*, da amizade política; desdenham o contrato e o acordo mútuo, e se expõem, assim, ao desengano. Por isso, é na amizade “útil” e, especificamente, na amizade política, em que se encontram mais queixas e recriminações. A

amizade de virtude é, por definição, impecável. Ao passo que, à amizade de prazer, basta que o gozo se tenha extinguido para que os amigos se afastem e os vínculos se dissolvam: eles gozaram, deram, receberam, ofereceram, obtiveram e não pedem nada mais. Porém, surgem então todas as formas de “aporia”, esta é a expressão que Aristóteles utiliza quanto ao critério de justiça, quando deve decidir sobre o que é justo do ponto de vista da quantidade e da qualidade: do gozo do que foi oferecido e do serviço que foi prestado. Como estabelecer um acordo a esse respeito àquele que dá e àquele que recebe? Quem dá e quem recebe? Pressupõe-se que a amizade política é menos justa, se considera a “homologia” (o acordo contratual) e a coisa dada. Sua justiça é menos amistosa que a da amizade ética, que se fia à intenção, à vontade, à eleição. O conflito fundamental depende da oposição do belo ao útil: a amizade ética é certamente “mais bela”, mas a amizade útil é mais necessária. (DERRIDA, 1998, p. 231-232).

Se considerarmos estritamente a geração de novos escritores, não é difícil supor que a rede de afinidades que Mário teceu por intermédio da correspondência guiou-se basicamente pelo critério da utilidade, lançado com franqueza desde o primeiro contato. Ou seja, a aporia que Aristóteles estabelece quanto ao critério de justiça é, portanto, minimizada neste caso, já que um contrato de cooperação é previamente estabelecido. O escritor paulistano não padece de uma autocritica utilitarista, no sentido de recriminar-se por dar à amizade cultivada um fim consoante às suas bandeiras ideológicas. Tampouco os correspondentes se enquadram, nessa troca, como vítimas de um drácula da vida literária, apto a sugar o sangue dos moços.

Nem mesmo seria descabido definir, para este caso, uma ética utilitária, atuando não apenas no contato epistolar, como nos demais escritos a que se empenha o epistológrafo, uma vez que questiona a existência de qualquer arte desinteressada, colocando o engajamento social como o horizonte da vida pública. Em alguns casos, sua procura por parte dos moços se dava justamente em função desse engajamento. Aqueles que não se sentiam atraídos pelo valor social da arte também não ignoravam a importância desse vetor para Mário.

O lugar sagrado da amizade ética fica em segundo plano, em virtude da assinatura de um pacto tacitamente acordado pela amizade

útil. Mário precisa da adesão e da força vital dos moços, estes se valem da opinião franca, dos holofotes e de sua chancela, que lhes garante a entrada na vida literária pela porta da frente.

Mas isso não é tudo. Há ainda o entrecho da correspondência, a um só tempo o espaço compartilhado e a distância que justifica a postagem, condicionando a atuação do desvio no envio. É ainda sintomática a analogia tecida por Derrida entre as expressões *maladresse* e *mal-adresse*, que se referem, respectivamente, ao equívoco na comunicação, ocasionado por uma interpretação inconsistente da mensagem; e ao “mau-endereço”, isto é, à ausência de empatia, que deflagra a completa abstenção da troca discursiva por parte dos correspondentes. O *maladresse* determina uma compreensão insuficiente, um mal-entendido na comunicação, ao passo que o *mal-adresse* condiciona o desinteresse de uma das partes, a trajetória que se empenha em desviar ou o refugio em face do diferente. Em ambos os casos, fatalmente o dispositivo comunicante não cumpre seu ciclo.

Compreende-se que, em momentos distintos, Mário incide em *maladresse* para com seus correspondentes, afinal, de mocinhas do Conservatório a companheiros de geração, centenas de interlocutores buscavam e recebiam a sua boa palavra. Por outro lado, mais certo ainda é que o *mal-adresse* jamais tenha interferido em seu devotado ofício de missivista, já que a todos atendia e não admitia deixar quem quer que fosse à espera de resposta.

Há que se considerar que o equívoco na interpretação pode representar o preço a ser pago por aqueles que ousam interpretar, e que a própria escrita postal, enquanto significante, reflexo distorcido de um dado do real, está sujeita a cumprir seu papel de agenciamento, constituindo essa ponte quebradiça entre aquele que fala e o que recebe aquilo que já não é mais a fala em si, mas um espectro do que foi dito, sujeito a múltiplas interpretações. Ao passo que a indiferença comunicativa obstrui de antemão qualquer empenho nesse sentido.

Mário teceu uma intrincada rede de contatos epistolares pelo Brasil e pelo mundo; em função disso, não angustiava os amigos com o peso de seu silêncio, devoção que, em parte, justificava-se por uma amarga experiência de juventude, envolvendo o poeta parnasiano, Vicente de Carvalho, e relatada pelo escritor paulistano em *O empalhador de passarinho*:

Eu escolhera no amontoado milionário dos meus versos, o que considerava melhor, uns 15 sonetos, e mandara a Vicente de Carvalho, com uma carta assombrada de idolatria e servidão. E lhe pedia humildemente que me dissesse qualquer coisa, um “não” que fosse, para esclarecer as minhas dúvidas sobre mim. É quase absolutamente certo que Vicente de Carvalho recebeu a minha carta, entregue quase que às mãos dele, num dia em que ele se achava em casa. Jamais resposta veio, nem “sim” nem “não”, nada. O que eu sofri, de angústia, de despeito, de humilhação, de revolta, nem se conta! E comecei a cultivar um complexo de inferioridade prodigiosamente feliz, que me deixava solto, livre, irresponsável, desligado dos meus ídolos parnasianos, curioso de todas as inovações, sequaz incondicional de todas as revoltas. (ANDRADE, 2012, p. 150).

O enriquecimento das trocas sociais é o que resulta de tal empenho comunicativo. Mário é o anfitrião que assimilou a lei da hospitalidade, já que a primeira missiva de qualquer correspondente é escrita desse lugar indefinido e sujeito a agenciamentos, o lugar da estrangeiridade. Acolhe sem distinção a todos os *ksénoi* que a ele recorrem, porque sabe, em último caso, que é também como *ksénos* que apresenta a si mesmo. O início da troca parte do princípio essencial do desconhecimento:

Quem escreve? Para quem? E para enviar, destinar, expedir o quê? Para que endereço? Sem nenhum desejo de surpreender, e com isso de captar a atenção por meio da obscuridade, devo, pelo que me resta de honestidade, dizer que finalmente não sei. Sobretudo eu não teria tido o menor interesse nesta correspondência e neste recorte se alguma certeza me tivesse satisfeito quanto a isso. (DERRIDA, 2007, p. 11).

A partir da reflexão de Derrida, desdobra-se uma primeira situação aporética: o desconhecimento, ao mesmo tempo em que pode deflagrar uma situação de hostilidade, uma ausência de recepção, fundamenta também a necessária incompletude que a troca de cartas encena. O termo “correspondente”, por si só, evidencia uma relação de simbiose entre duas partes. Eu não conheço esse outro a quem me dirijo e é justamente por ainda não o conhecer que coloco em prática o dispositivo comunicante, desnecessário em um diálogo presencial.

A dúvida com relação ao que virá na sequência é também o motor que impulsiona a continuidade da troca, por isso não há um todo absoluto ou pré-estabelecido. É preciso economizar o contato, guardar notas, esperar pela próxima ocasião, como uma Sherazade que adita novas histórias para o dia seguinte, porque sabe que sua sobrevivência está amarrada a essa expectativa.

Para suprir a necessidade de um “diálogo acima das fronteiras”, entre o que sou e aquele que de mim permanece estrangeiro, é fundamental que a correspondência amenize as lacunas geográficas. Entretanto, o encurtamento dessa distância será insuficiente se os atores do transcurso epistolar não puderem contar com uma aproximação construída ideologicamente. Em outras palavras, é preciso que esse outro saiba transitar entre o lugar de estrangeiro e o lugar de hóspede, aceito e assimilado em sua diferença pelo anfitrião. O limite entre um e outro lugar discursivo é dos mais tênues, haja vista a própria flutuação do radical latino *hostes*, que designa a um só tempo o hóspede que se recebe, mas também o inimigo, com quem travo uma relação de hostilidade; aquele que recebo em minha casa e que recebe de mim as honras da hospitalidade, e aquele que não se anuncia e que permanece estrangeiro, ao qual fecho as portas de minha morada.

A questão é reiterada por Jacques Derrida, que distingue a hospitalidade de direito, oferecida àqueles que, sendo estrangeiros, apresentam-se amparados por um patronímico, um nome de família que os define e que diz sobre suas origens, em contraposição à hospitalidade absoluta, que independe de uma estrutura genealógica pré-estabelecida:

A lei da hospitalidade, a lei formal que governa o conceito geral de hospitalidade, aparece como uma lei paradoxal, perversível e perversedora. Ela parece ditar que a hospitalidade absoluta rompe com a lei da hospitalidade como direito ou dever, com o “pacto” de hospitalidade. Em outros termos, a hospitalidade absoluta exige que eu abra minha casa e não apenas ofereça ao estrangeiro (provido de um nome de família, provido de um estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que eu lhe ceda lugar, que eu o deixe vir, que o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome. A lei da hospitalidade absoluta manda romper com a hospitalidade de direito, com a lei ou com a justiça como direito. (DERRIDA, 2003, p. 25)

Nessa perspectiva, a hospitalidade será invariavelmente absoluta e coextensiva à própria ética, razão pela qual não se deve subjugá-la a uma lei que a sistematize e a contingencie a um número restrito de *ksénoi* com nome e sobrenome, em desfavor daqueles que não cumprem esse requisito. A hospitalidade absoluta é acolhedora por princípio, e supera a estrangeiridade do hóspede.

Contudo, o fato de haver um critério pré-estabelecido, com a finalidade de categorizar o alarido de vozes que se anunciavam pela caixa de correio de Mário, mostra-nos que o escritor paulistano estaria mais próximo de uma hospitalidade de direito. A uma hospitalidade especular, devida ao correspondente reconhecido, transparente em seu ritual de apresentação e ao qual já se atribuía um perfil distante do *ksénos*, contrapunha-se uma hospitalidade protocolar, anterior à primeira, destinada às mesuras, amabilidades e cortesias, que perduravam o tempo necessário ao estudo recíproco, espécie de quarentena das relações pessoais.

Neste trabalho de seleção, o autor de *Macunaíma* contava com a ajuda imprescindível de seus secretários; num primeiro momento a irmã, Maria de Lourdes, que o auxiliou até as vésperas de seu casamento, sendo substituída, posteriormente, por José Bento de Faria Ferraz, que se tornaria um fiel escudeiro:

Si escrevo numa carta, sou completo nisso, que “gostei de ler o seu livro”, “percebi uma personalidade muito acentuada” e coisas espertas assim, repare: gostar de um livro (mandado) não significa gostar do livro, assim como eu não digo si a personalidade é boa ou ruim. Basta a pessoa não me interessar pra eu fazer coisas dessas, e então, pra estrangeiro, por esta minha tese de que minha funcionalidade é na minha terra e não tenho a menor intenção de funcionar pro... universo: sempre o meu secretário é que passa os olhos no livro primeiro. Si é ficção, só os que julga de valor acentuado me dá pra examinar. Os outros, a maioria ele mesmo acusa recebimentos, faz uma das várias festinhas que ensinei por norma e falsifica a minha assinatura. Bem isto deve ser escandaloso, não conte pra ninguém.⁴ (ANDRADE, 1989, p. 97).

⁴ Carta a Guilherme de Figueiredo, julho de 1944.

Da mesma forma que o estrangeiro recém-chegado demanda que seu anfitrião se empenhe no cumprimento das leis da hospitalidade, é preciso que o missivista “faça sala” para o correspondente iniciante, empenhando-se para que o diálogo se fortaleça.

No entanto, o escritor paulistano relega a um terceiro participante a tarefa de encenação do “eu”. No curto espaço entre a acusação de recebimento e o falseamento da assinatura, José Bento passa a ser Mário de Andrade. O anfitrião apresenta-se com um patronímico que não é seu por direito, que não pertence a sua família, ao passo que o portador efetivo do patronímico recusa-se à tarefa de recepcionar, não sem recriminar-se pela deserção: “isto deve ser escandaloso, não conte pra ninguém”.

Esta advertência deflagra diversas fissuras na relação dialógica da correspondência, por meio das quais o agenciamento postal entra em ação. Primeiramente, a instauração de um terceiro vetor entre correspondente e destinatário favorecerá o sequestro de informações, traços da vida cotidiana, amarguras e contentamentos que apenas ao interlocutor primário diriam respeito. A presença do secretário diligente atuará como o fiel de uma balança que se deseja desequilibrada; é justamente a figura de autoridade de Mário que motiva a procura de seus jovens interlocutores. O aconselhamento não admite intermediários, porém, ao secretário, José Bento, é dado o poder de confisco.

Em seguida, no momento em que Mário escreve ao amigo Guilherme de Figueiredo, o dado metalinguístico é apresentado para alertar que “eu é um outro”, que o sujeito por trás da pena pode ser protocolar, multifacetado, trezentos e cinquenta. Instabiliza-se a posição do remetente, uma vez que já não é dado conhecer a Guilherme de Figueiredo se o seu interlocutor é José Bento com nome de Mário ou se é Mário advogando contra Mário, até que se estabeleça essa espécie de retorno do recalçado e o alarme de “escândalo” interrompa o aparte confessional. Junte-se a isto o prospecto do destinatário: Guilherme de Figueiredo é dramaturgo de profissão; sugere-se, pois, que a encenação possa ocorrer de lado a lado.

Por fim, quando ressoa o pedido de segredo de Mário, o “não conte pra ninguém” é a porta que se fecha à frente de nós, leitores póstumos, repreendidos que fomos por uma intromissão, ao termos acesso àquilo que não nos foi endereçado e ao participarmos, conscientemente, do mais incontido agenciamento, promovendo a devassa de textos que, a princípio, se queriam particulares, ainda que este desejo de privacidade

possa ser, ele próprio, uma encenação. Enfim, não somos os únicos artífices desse palco: atua também Guilherme de Figueiredo, editor das cartas, lançando luz sobre documentos que testemunham acerca de um período importante da literatura brasileira, além do próprio Mário que, ao lançar a proibição totêmica sobre sua correspondência, incidiu sobre ela a curiosidade, que torna atraentes todos os tabus.

Mário internaliza com precisão a lógica do paradoxo que parece revestir a escrita particular de um escritor consagrado. Toda correspondência, por sua forma e conteúdo, reafirma a petição de princípios de uma privacidade necessária. Assim como todo escritor aclamado por seu público saberá que qualquer rodapé em que seu nome esteja implicado angariará a atenção dos sectários:

o epistológrafo que escreve sabe que será lido por vários olhares; esse aspecto não deixa de acentuar a encenação já presente em toda troca de correspondência íntima, nem de reforçar o papel ativo dessa censura interiorizada resultante da aprendizagem dos códigos. (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 53).

O que se vislumbra nessa trama, portanto, é a construção de uma retórica que extrapola a própria vida. Isto é, prepara o campo para que a correspondência torne-se sedutora, para que todos a leiam, não obstante a advertência imposta. Normalmente, analisa-se a recomendação do lacre da correspondência como um desejo expresso de Mário, em face do receio de ver desnudados os seus segredos ou de que os correspondentes tenham suas vidas perscrutadas por algum leitor intrometido. Um outro caminho apontará, no entanto, para o contrário, ao assinalar a hipótese da negação freudiana. Justamente o que Mário almeja é ser avidamente lido; a negativa e o lacre seriam perversões da curiosidade, o escritor aposta na sedução do segredo e a estende para muito além de sua própria morte, ao determinar em testamento o prazo para abertura da correspondência.

Resultam dessas múltiplas interpretações da advertência de Mário o dado primordial do gênero epistolar: o hibridismo. A proibição, para além de seu significado literal, pode ser vista também como uma resistência no discurso a ser analisada.

De acordo com Vladimir Safatle (2014, p. 37), em estudo que fez sobre “A negação” (*Das Verneinung*), ensaio de Freud, publicado originalmente em 1925, “nem tudo se diz sob a forma de determinações

positivas”. A negação no discurso pode atuar como um dado recalcado do dispositivo epistolar, para dizer, de fato, que a correspondência não deva ser publicada, ou que, caso seja, sua interpretação deva ser teleguiada pelas entrelinhas a que nos conduz o próprio missivista:

O aparelho psíquico é, segundo Freud, organizado a partir do agenciamento de conflitos. Longe de ser uma instância unitária de representações que se cindiria apenas em situações patológicas, a psique está em contínuo conflito entre instâncias que obedecem a processos de pensamento e a modos de circulação do desejo, irreduzíveis entre si. (SAFATLE, 2014, p. 36).

A análise da correspondência se desenvolve, portanto, em uma bifurcação. Seu êxito ficará condicionado à capacidade do crítico em discernir o caminho a que o missivista nos conduz *a priori*, mas também à vereda obscurecida pela negação. Ou seja, a influência do não-dito também recai sobre a práxis da correspondência pessoal. Esta influência nos dirá muito sobre a primeira fronteira que decai, quando se analisa as cartas de escritores consagrados: a delimitação entre público e privado. À primeira queda seguir-se-ão outras: o estancamento entre texto ficcional e relato histórico, entre amizade e profissionalismo, assim como entre engajamento público e abstenção pessoal.

Mário também refletia sobre a ambivalência do gênero epistolar. Por vezes, considerava a publicidade da correspondência como uma forma de apreço ao ponto-de-vista do escritor. O texto de caráter pessoal refletiria a perspectiva sumária de seu escrevente, dispensando intérpretes, ou seja, a carta despiria a armadura da publicidade, naturalizando determinadas opiniões que não poderiam ser assimiladas integralmente com a divulgação póstera, como revela a Murilo Miranda, em julho de 1943: “Você tem medo que suas cartas fiquem pra posteridade... Você se esquece que é melhor que fiquem mesmo. Talvez elas sejam muito mais puras e muito mais verdadeiras do que a imagem que tanta gente faz de você” (ANDRADE, 1981, p. 149).

Por outro lado, encarava o problema ético da publicação do texto epistolar. Não deixava de considerar as pessoas envolvidas no diálogo, a começar pelas próprias figuras de remetente e destinatário. Desobrigados da formalidade do texto impresso, a irreverência dos correspondentes poderia confundir-se com o desdém, temor revelado em carta a Alphonsus

de Guimaraens Filho, em julho de 1940: “Há um lado cozinha e lavanderia das almas como dos espíritos que não estou muito convencido deva ser ventilado em artigos públicos. E si houver necessidade, tem de ser revelado com endereço, caso o tenha” (ANDRADE, 1974, p. 16).

Transitando entre o público e o privado, o entrelugar do gênero epistolar torna-se ainda mais significativo, no caso da correspondência “privada” do intelectual, que se transforma, mesmo se contra sua vontade, em pública. Disfarçado pela ilusória despretensão dessa quase conversa à mesa de bar, opera-se um sofisticado jogo discursivo, marcado por negaceios, dissimulações e mal-entendidos, que nos sugerem um labirinto, no qual é preciso atentar-se para o detalhe, impregnar-se de segundas intenções e investigar significações escusas, já que “a impressão de naturalidade e de aparente descuido resulta, na verdade, de esforços dissimulados” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 175).

A maiores cuidados nos obriga a correspondência de Mário. A sombra projetada sobre o plano discursivo de suas cartas é diretamente proporcional à perspicácia exigida aos seus leitores pósteros. Relativizando a noção solar de documento, estas cartas exigem um aporte interpretativo igualmente híbrido, assentindo igualmente serem lidas em seus não-ditos, e não apenas como expressões da voz consciente de seu autor, embora guardem também, como todo texto, uma dimensão documental. Geneviève Haroche-Bouzinac (2016, p. 25) afirma que “uma carta isolada diz mais sobre a verdade do epistológrafo, que se constitui ele próprio como ‘sujeito de enunciação histórico’, do que sobre a exatidão dos fatos narrados”. A correspondência impõe ao leitor uma desconfiança interpretativa salutar. Trata-se de questionar a versão dos fatos apresentada por um narrador diretamente implicado neles, e que, justamente por isso, condicionará sua narrativa aos aspectos que lhe forem mais convenientes.

Nesse modo específico de configuração dos dados da vida cotidiana já se impõe uma primeira descontinuidade, uma vez que escrita implica também seleção, escolha através de critérios de relevância. Consequentemente, a investigação das cartas pessoais de um ficcionista já consagrado, como Mário de Andrade, corresponde à tentativa de abarcar uma profusão de textos hierarquicamente dispostos, no trato com pessoas de camadas sociais distintas, em um contexto sociopolítico multifacetado – que nunca retroage em igualdade de condições sobre seus

múltiplos agentes – ao mesmo tempo em que se examina os subterrâneos do pensamento de um intelectual que assumia, ele próprio, posturas por vezes um tanto controversas.

Partindo dessa perspectiva, há que se furtrar a uma análise reducionista, que busque situar as cartas a reboque do contexto político-social quando, a bem da verdade, elas ajudam a constituí-lo, isso quando não chegam mesmo a modificar a análise de fenômenos históricos, esclarecidos a partir da divulgação de textos inéditos. É pressuposto, portanto, que no corpo da correspondência de Mário conjuga-se de forma paradigmática a consciência psicológica do artista no começo século XX, bem como os traços da formação social de um país que passava por mudanças políticas cruciais.

Na fronteira entre público e privado, há algo de grandioso no senso de predeterminação que o escritor paulistano imputa a sua correspondência, atribuindo-lhe a primazia de um acervo a ser preservado, referindo-se a ela como o registro documental da construção de um projeto estético e aferindo-lhe valor semelhante ao que reserva a qualquer um de seus romances. Como vimos, o próprio escritor estabelece em testamento o prazo para a abertura de sua correspondência, antecipando-lhe o destino inevitável da divulgação. Em um dos ensaios integrantes de *O empalhador de passarinho*, as cartas também são consideradas depositárias fiéis da história do modernismo brasileiro:

Creio ser prematuro decidir desde já o que vai ficar dos oito anos de vida ativa do Modernismo, mas si permanecerem dessa fase que foi eminentemente de ordem crítica, que foi de pesquisa e experiência, que foi um movimento preparatório destruidor de tabus, treinador do gosto público, arador dos terrenos, si restarem na permanência da literatura nacional três nomes que sejam, o Modernismo já terá feito mais do que lhe competia. Porque, conscientemente ou não, (em muitos conscientemente, como ficará irresponsivelmente provado quando se divulgarem as correspondências de algumas figuras principais do movimento), o Modernismo foi um trabalho pragmatista, preparador e provocador de um espírito inexistente então, de caráter revolucionário e libertário. (ANDRADE, 2012, p. 186-187).

Data de 06 de março de 1944 o primeiro registro de publicação da correspondência de Mário de Andrade, autorizada pelo autor. O artigo

“Suas cartas”, escrito por Carlos Drummond, integra as crônicas de *Confissões de Minas*, tendo, no entanto, aparecido originalmente no jornal *Folha Carioca*. Nele, o poeta de Itabira homenageia o amigo paulistano pelo seu cinquentenário, estabelecendo um prospecto do contato que mantiveram, por mais de duas décadas, através da correspondência. Em 16 de março do mesmo ano, Mário agradece as palavras:

A mim também, como a todo sujeito que escreve cartas que não são apenas recados, me perturba sempre e me empobrece o problema infame do *estilo epistolar*. Aquela pergunta desgraçada “não estarei fazendo literatura?”, “não estarei posando?”, me martiriza também a cada imagem que brota, a cada frase que ficou mais bem-feitinha, e o que é pior, a cada sentimento ou ideia mais nobre e mais intenso. É detestável, e muita coisa que prejudicará a naturalidade das minhas cartas, sobretudo sentimentos sequestrados, discrições estúpidas e processos, exageros, tudo vem de uma naturalidade falsa, criada sem pensar ao léu da escrita pra amainar o ímpeto da sinceridade, da paixão, do amor. Até tomei ingenuamente o partido de encher minhas cartas de palavrões porque principiaram me falando na importância das minhas cartas e estupidamente me enlambuzei de *filhos-da-puta* e de *merdas* pra que minhas cartas não pudessem nunca ser publicadas! Como se isso bastasse! (ANDRADE, 2002, p. 502, grifos do autor).

Destinado pelas máscaras de sua vida, o que pode ser visto como mero exibicionismo contribui em igual medida para a fetichização do acervo epistolar. Note-se, entretanto, que esse efeito não ocorre à revelia. Uma vez que o próprio escritor insinua uma rede de significados, tecida sob a estrutura superficial das cartas, estas, através da presunção de importância que ele lhes outorga, desprendem-se de seu caráter particularista, passando a interagir com um público maior do que aquele instaurado pelos dois vértices iniciais, representados por correspondente e destinatário.

Em *Mudança estrutural da esfera pública*, Jürgen Habermas aponta, desde o surgimento dos primeiros romances psicológicos, no século XVIII, certa tendência de esvaziamento da consciência de privacidade, cara à camada mais culta da sociedade, que se valia da correspondência como recurso de comunicação interpessoal, mas que,

paradoxalmente, consumia com avidez o espetáculo da vida privada, através do carro-chefe da literatura do período:

Por um lado, os padrões socializados da Literatura psicológica do século XVIII, sob os quais são preparadas as circunstâncias do século XX a favor do *human interest* e da nota biográfica, transferem a ilusão de uma esfera privada integrada e de uma autonomia privada intacta às condições que há muito tempo tiraram a base de ambas. Por outro lado esses padrões engolfam a tal ponto os fatos políticos que a própria esfera pública se privatiza na consciência do público consumidor. A esfera pública torna-se, na verdade, a esfera da publicização de histórias de vidas privadas, seja para que alcancem publicidade os destinos contingentes do assim chamado pequeno homem ou os do *star* planejadamente construído, seja para que os desenvolvimentos e as decisões publicamente relevantes se travistam na roupagem privada e, por meio da personalização, se desfigurem a ponto de se tornar irreconhecíveis. (HABERMAS, 2014, p. 377-378).

O que ocorre, portanto, com o advento do romance psicológico, é uma interseção gradativa entre público e privado, potencializada pelo interesse do público leitor em relação aos conflitos interiores, aos dramas pessoais, e pela capacidade que adquire em desvendar os pensamentos dos personagens, através da narrativa onisciente. A recepção áspera de *Les liaisons dangereuses* (1782) pelo público francês no século XVIII testemunha o quanto a ruptura entre as esferas pública e privada instabilizam as relações sociais, a partir do momento em que Laclos abre as cortinas da economia doméstica à observação geral. No romance, a reputação da aristocracia francesa é constantemente colocada sob ameaça, sempre que uma carta extrapola a relação correspondente-destinatário, para servir como palco de encenações públicas daquilo que se queria resguardado.

Essa tendência prepararia o terreno para a popularização dos gêneros autobiográficos no século XX, culminando, mais adiante, em formas tão amedrontadoras quanto tentaculares de controle da privacidade, exercido pelos veículos midiáticos da contemporaneidade, em formas aparentemente tão prosaicas, como as dos chamados *reality shows*.

Incorporação tão complexa entre aquilo que é da ordem do íntimo e aquilo que se compartilha perante a visão do outro que a tradução brasileira da obra de Habermas não consegue exprimir, sem se valer de uma sutil contradição ou de um neologismo. O termo *Öffentlichkeit*, traduzido como “esfera pública”, deveria, pelo bem de sua interpretação, transmutar-se em algo próximo do que o vernáculo alemão consegue abarcar pela união dos radicais: a *abertura*. A contradição verifica-se no fato de que aquilo que é da ordem do público não reconhece contingenciamentos, isto é, uma vez que não há limites para o público, não é possível supor um domínio esférico, tampouco mensurar seu começo ou seu fim. O domínio público ignora fronteiras e essa esfera, que se pretende inviolável, já nasce cingida.

Abertura, portanto, condiciona toda possibilidade de trânsito sem violação entre o lugar do público e as informações que circulam no contexto privado, estabelecendo um ambiente de trocas simbólicas, ao passo que “esfera” sugere a existência de duas instâncias herméticas e não-comunicantes, um dentro e um fora. Habermas mostra-nos que, a partir do século XVIII, rompe-se a esfera protetiva de um ambiente familiar, como também torna-se derrisória a exclusiva impessoalidade da esfera pública, já que o espaço compartilhado transforma-se num palco da encenação de dramas pessoais.

No contexto nacional, Sérgio Buarque de Holanda evidencia a latência de uma mentalidade colonial, a ditar a exiguidade de limites entre o interesse público e o pessoal, manifestada principalmente na estrutura política: “ninguém ignora que o aparente triunfo de um princípio jamais significou no Brasil, como no resto da América Latina, mais do que o triunfo de um personalismo sobre o outro” (HOLANDA, 2014, p. 218).

O mineiro Cyro do Anjos também nos fornece, em carta a Carlos Drummond, datada de março de 1969, exemplo típico de como a correspondência pessoal se vê afetada por essa fase de manifestação do hibridismo entre público e privado, ao conjecturar que suas cartas pudessem ser lidas por gerações futuras:

Meu caro Carlos, ao guardar a cópia da carta que lhe enviei a 25, vi que, por distração, a datilógrafa escreveu aidez, em vez de aridez, e pôs um g, no lugar do j, de engajar. Não por mim, mas pelo destinatário, é de presumir que a carta, se guardada, venha a ser lida por futuros biógrafos. Achar-se-ia descabida, no texto,

a palavra avidez. E o infeliz *g* conduziria a um mau juízo acerca dos conhecimentos etimológicos e ortográficos deste velho escriba. Assim, com vista aos pósteros, peço fazer no original as competentes correções... (ANJOS; ANDRADE, 2012, p. 279).

Note-se o esforço do correspondente por retificar mal-entendidos que o próprio contexto da correspondência se encarregaria de esclarecer. Não menos importantes são os motivos atribuídos à necessidade de correção: a hipótese de que eventualmente um futuro biógrafo pudesse colocar em dúvida a habilidade ortográfica do escritor. Com a necessidade de afastar o influxo pretensioso que a advertência abarca, Cyro considera ainda que o interesse seria motivado pela celebridade de seu destinatário e não dele próprio.

A divulgação da correspondência passa, portanto, a ser vista com maus olhos. Os escritores resistiam à devassa de sua intimidade e encaravam com reserva essa declarada bisbilhotice. Se em um primeiro momento Mário incentivava a publicação da correspondência de Murilo Miranda, por acreditar na capacidade reveladora da interpretação que o artista fazia de si, posteriormente opor-se-ia com radicalismo a essa ideia, em carta enviada ao mesmo destinatário: “declaro solenemente, em estado de razão perfeita, que quem algum dia publicar as cartas que possuo ou cartas escritas por mim, seja em que intenção for, é filho da puta, infame, canalha e covarde. Não tem noção da própria e alheia dignidade” (ANDRADE, 1981, p. 158).

Não obstante, data igualmente dessa época a tentativa de reestabelecimento de um estilo epistolar, responsável por recolocar a correspondência em posição menos artificiosa. Cada vez mais a metalinguagem atuava, para que o correspondente pudesse explicar, por carta, como se produzir o modelo ideal de carta. Viciosas, estas interpretações originavam um impasse, uma vez que a busca pela naturalidade da expressão implicava o reconhecimento de que ela apenas passaria a existir enquanto construto, ou seja, de que seu caráter artificial constituía um dado *a priori*.

A naturalidade não surgia mais como uma característica intrínseca ao gênero epistolar, o pensamento era aplicado em busca do estilo despretenso, estabelecendo um contrassenso com a própria ideia de despretenção. O que é da ordem do natural passa a ser controlado pelo missivista, tornando-se artificioso. Sem se dar conta do paradoxo

instaurado por sua afirmação, Denis Diderot chega a asseverar que só o empenho do escritor seria capaz de propiciar a descontração do estilo:

Se o assunto da carta em questão é interessante e patético em si mesmo, é preciso cem vezes mais gênio para *conservar este natural*, que fará com que a tomemos por uma carta realmente escrita, do que para transformá-la em uma peça de eloquência e virtuosismo. (DIDEROT, 1967, p. 159, grifos meus).

A carta volta a ser espelho de seu escrevente e, como tal, será capaz de refletir estados de espírito, inquietações, tendências artísticas, conforme se vê na passagem abaixo, que marca o início do contato epistolar de Mário de Andrade com o poeta de Itabira, em 1924:

A sua carta é simplesmente linda. E tem uma coisa que não sei se você notou. A primeira vinha um pouco de fraque. A segunda era natural que viesse de paletó-saco. Mas fez mais. Veio fumando, de chapéu na cabeça, bateu-me familiarmente nas costas e disse: Te incomoda? Eu tenho uma vaidade: a deste dom de envelhecer depressa as camaradagens. Pois, camarada velho, sente-se aí e vamos conversar. (ANDRADE, 2002, p. 66).

Esse trecho permite observar que Mário atribui às cartas o poder de tornar presente o outro e tornar-se presente para o outro, ao mesmo tempo em que manifesta a insistente necessidade de colocar em ação o projeto estético de difusão e de consolidação das conquistas modernistas, como o uso da linguagem descontraída, sem recorrer ao discurso pomposo das apresentações epistolares. Com isso, o que se estabelece de imediato é uma espécie de contrato de “presentificação”, por meio do qual o diálogo transcorre como se a distância geográfica fosse um dado irrelevante.

O correspondente nega a participação do público nesse conjunto de textos, assim como nega o estatuto de celebridade estabelecido com sua publicação. Sabendo-se parte constituinte de um *star system* do século XX, o escritor profere o seu grito de independência ao sugerir que, não importa quantos olhos estranhos tenham acesso a essas palavras, imperativamente o seu estilo individual estaria sobreposto a qualquer tentativa de cooptação, a favor da liberdade criativa e de uma coerência interna de seus pressupostos estéticos:

Fiquei repugnado de mostrar essas cartas. Por tudo. Ora de passagem têm elogios a mim, ora podem ser pejorativamente interpretáveis: era uma infâmia mostrar isso. Meu Deus! o que mais me horroriza são as minhas cartas, egoísmo agindo. Devia ser proibido a mostra pública de cartas particulares, por lei governamental. Como si um escritor, pelo fato de ter uma vida pública, não pudesse ter uma vida particular! Francamente: é infame. Rasguei todas as cópias que fiz, perdi o dia, e isso de cartas a mim mandadas, nenhuma será publicada enquanto eu viver. Você não pensa que não imaginei destruir agora todas elas. Imaginei sim, mas não posso, não tenho força moral pra tanto.⁵ (ANDRADE, 1981, p. 157-158).

Para os escritores desse período, notadamente para Mário de Andrade, o jogo da epistolografia constituía o modo, por excelência, de chamar a atenção do outro, mas não de um outro qualquer e nem de muitos outros. A carta seguia com um endereço preciso, com a intenção de angariar a simpatia de algum escritor ou intelectual, sobretudo dos jovens que pudessem contribuir para o aprimoramento do projeto literário representado pelo Modernismo, com base no que Antônio Candido, por meio da noção de sistema literário, definiu como “transmissão de tocha entre corredores”, ou seja, uma continuidade que “assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo” (CANDIDO, 2012, p. 25). Há, além disso, um jogo político, quase sempre velado, de disputa da liderança intelectual, dependente, em larga medida, de uma empatia ideológica entre remetente e destinatário.

O reforço dessas posições fundamenta uma tentativa de manutenção da fronteira. O remetente lança-se para chamar a atenção de um outro distante, o destinatário que, ao se sentir recrutado e inserido no dispositivo comunicante, retornará com o seu contributo. O jogo da correspondência é tangenciado pela necessidade comunicativa do eu em dispersar-se e reunir-se com a ajuda do outro.

O mecanismo epistolar, portanto, ajuda a esclarecer essa cisão do ser, característica que, para Luiz Costa Lima (2014, p. 25), estende-se para a constituição do próprio homem moderno como sujeito fraturado, contrapondo-se à “concepção do sujeito central, unitário, fonte e comando

⁵ Carta a Murilo Miranda, agosto de 1943.

de suas representações, que usualmente se entende como correspondente ao conceito moderno de sujeito”:

Em vez de um sujeito central e solar, procura-se assinalar a importância que assume o que se poderia chamar a *posição do sujeito*, a qual, variável, e raramente harmônica com outras posições suas, torna-se uma das variáveis a levar em conta. Exatamente porque o sujeito é fraturado, ele não tem uma posição *a priori* definida, senão que a assume, assim se identificando, no interior dos conflitos de interesses e na assimetria de propósitos dos grupos sociais. (COSTA LIMA, 2014, p. 25).

Ao contrário de esperar respostas bem definidas do ambiente em que convive e pelo qual circulam seus modos de comunicação, o sujeito fraturado sobrevive em face de uma relativa mobilidade, que o mundo moderno cria em forma de proposições instáveis, de não-lugares. Não existindo mais as fronteiras que lhe garantiam uma margem de segurança dentro da qual movimentava-se com desenvoltura, a versatilidade de suas práticas sociais torna-se mais uma exigência.

Em virtude dessa necessidade, o sujeito fraturado será aquele que, para se adaptar aos novos meios de compartilhamento das suas experiências sociais, deverá adaptar-se à própria condição de sua inconstância e incompletude. Ao contrário de suturar as fissuras, esse sujeito encontrará nelas um veio aberto, pelo qual poderá transitar por diferentes lugares: “a arte não ‘cura’ a fratura, mas a expõe, algumas vezes até a sua radicalidade. Mas para expô-la não pode prescindir das representações-efeito, das flutuações que elas provocam, e não o pode porque elas não são controláveis” (COSTA LIMA, 2014, p. 119).

Não há mais a esfera do público e a esfera do privado, da maneira compartimentada com que as caracterizávamos. Rompe-se a própria ideia de esfera, a favor de uma *abertura* sem precedentes, em virtude da qual o sujeito fraturado se adapta. Esse sujeito deixa de procurar por uma unidade autossuficiente, e passa a se preocupar com o dado contingencial, múltiplo e aberto. A fratura está no sujeito, mas em função da sociedade que se fraturou a princípio, exigindo dele uma adaptação à multiplicidade dos modos de vida, aclimatando seu comportamento de acordo com tal ou qual convenção, dependendo do ambiente ou da situação comunicativa em que se insere. O sujeito fraturado modela-se por aquilo que lhe é solicitado, pelo espaço, por seu lugar ou justamente por uma ausência

de lugar no mundo, também pelos demais atores e pelos quadros da experiência social, que Erving Goffman define como *frames*:

Presumivelmente deve-se quase sempre buscar uma “definição da situação”, mas normalmente os que estão envolvidos na situação não *criam* esta definição, embora frequentemente se possa dizer que a sociedade a que pertencem o faz; ordinariamente, tudo o que eles fazem é avaliar corretamente o que a situação deveria ser para eles e então agir de acordo. É verdade que negociamos pessoalmente certos aspectos de todos os arranjos nos quais vivemos, mas frequentemente, uma vez negociados estes aspectos, prosseguimos mecanicamente como se a situação estivesse resolvida desde sempre. (GOFFMAN, 2012, p. 23).

Para Goffman, o salto proporcionado pela modernidade consistiu na capacidade de condicionamento do sujeito fraturado à variedade de práticas sociais e estilos de vida, que se replicavam na mesma proporção em que novas tecnologias surgiam, para suprir as diversas necessidades de uma globalização, tanto dos ambientes públicos como dos privados. Este sujeito não procura a estabilidade no espaço moderno; aceita seu desenraizamento e, em vez disso, desestabiliza a si próprio, para poder transitar pelos sítios desconhecidos e para lidar com a hibridização dos lugares e das linguagens.

Mário de Andrade é o remanescente de uma escola tradicional de “ética da privacidade”, que apenas a longo prazo proporcionará a seus representantes essa “definição das situações”, necessária ao sujeito moderno, que atua conforme o estabelecimento de frames, que se prepara para a multiplicidade das práticas, abrindo mão de uma racionalidade autossuficiente, a favor de uma experimentação das novas formas de convívio, imiscuindo-se no ambiente, deixando-se atrair por ele e sendo influenciado, permitindo que suas fraturas sejam não apenas um atestado de fragilidade, como também um portal para o ingresso daquilo que se apresenta como índice de diferença.

Não por acaso, o choque em relação à prevalência de personalismos no poder público atingirá em cheio um seleto grupo de intelectuais, que se aventuram a contribuir com o funcionalismo estatal. Muitos escritores, em virtude das escassas possibilidades que se lhes apresentavam à época, e de modo contraditório em relação ao conteúdo revolucionário de sua produção intelectual, alinharam-se ao Estado como forma de subsistência.

Iniciante em um ambiente de rapinagens e desabituaado ao desregramento para com a estrutura coletiva governamental, o intelectual-funcionário público aprisiona-se entre dois quadros inconciliáveis de sua experiência social. O homem de letras cede lugar temporariamente ao homem de Estado, não há possibilidade de catalisar essas duas perspectivas em um convívio harmônico, nem mesmo a favor da própria esfera pública, afinal, se os escritores são chamados a servir, é em função de seu legado intelectual que se justifica esse contributo.

O ingresso de Mário, como Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, em 1936, é tratado invariavelmente em termos de um sacrifício das aspirações individuais, da vida particular e principalmente do ofício de escritor: “um dia veio o Departamento de Cultura e fui diretor de qualquer coisa e tive que deixar de ser diretor de mim mesmo”⁶ (ANDRADE, 1992, p. 114). Rubens Borba de Moraes (1979, p. 24) vai ainda mais adiante, ao afirmar que a morte de Mário prenunciava-se com quase uma década de antecedência, com a derrocada de seu projeto cultural e a mudança para o Rio de Janeiro, onde viveu dias de profundo desregramento.

Há uma ética irremovível, que não permite o cruzamento entre a *polis* e a *oikos*, que enrijece o escritor em sua poltrona na Rua Lopes Chaves e o funcionário público na repartição do Departamento. O *frame* deixa de funcionar, posto que não há uma possibilidade de operacionalizar a transição virtual entre o sujeito e a instituição que ele representa. Sacrifica-se voluntariamente a primeira instância, uma vez configurada a incapacidade de manutenção desses dois quadros.

A passagem à publicidade das relações pessoais, que o cargo público traz como ônus para o homem de letras, desarticula em seu convívio a possibilidade de uma vida particular, como se seus passos fossem teleguiados, em consonância com o propósito maior de servir essa sociedade que representa. O escritor torna-se um indivíduo politizado e tende a politizar as camaradagens, a harmonia entre amigos e a sua posição em um círculo pessoal:

Não posso mais, entreguei os pontos, e o que faço, cartas como artigos, principalmente pensar, deriva de um esforço sobre-humano. Os amigos daqui me cercam com carinho, mas é pior:

⁶ Carta a Alberto Lamego, novembro de 1935.

detesto me mostrar fisicamente infeliz. Sei me abrir nas cartas, mas não sei, em corpo presente, confessar minhas fraquezas. Disfarço, engano, minto, e quando eles saem, na alta hora da noite, fico tão completamente derrotado, que jogo o corpo vestido na cama e fico lucilando em dores, sem pensar, sem dormir, colhendo os barulhos do mundo e os deformando miseravelmente, como si eu fosse apenas um microfone de aluguel.⁷ (ANDRADE, 1981, p. 55-56).

A aceitação incontestada que, na idade madura, Mário de Andrade atestará acerca de sua obra e mesmo quanto à publicação de parte de suas cartas, levará o artista à certeza de que a postura contestadora, reativa ou experimental, típica das vanguardas, não se realiza em um movimento coletivo único, nem tampouco a partir das disposições individuais do escritor em face de seu objeto, mas na contínua incorporação entre o público e o privado.

Dessa constatação, emerge o tom pessimista sobre os desdobramentos de sua proposta engajadora, que o acompanhará até 1945, ano de sua morte. Mas ela deflagrará também a lição de que, para o artista moderno, não se trata mais de sozinho encontrar uma solução definitiva para seus problemas. Trata-se de reconhecer na incompletude, um princípio germinador de múltiplos caminhos, que se desenvolvem também em face da reflexão que o estudo da correspondência deflagra:

Eu sempre afirmo que a literatura brasileira só principiou escrevendo realmente cartas, com o movimento modernista. Antes, com alguma exceção, os escritores brasileiros só faziam “estilo epistolar”, oh primores de estilo! Mas cartas com assunto, falando mal dos outros, xingando, contando coisas, dizendo palavrões, discutindo problemas estéticos e sociais, cartas de pijama, onde as vidas se vivem, sem mandar respeito à exma. esposa do próximo nem descrever crepúsculos, sem dançar minuetos sobre eleições acadêmicas e doenças do fígado: só mesmo com o modernismo se tornaram uma forma espiritual de vida em nossa literatura. (ANDRADE, 2012, p. 182).

A rotina a que se obrigou o autor de Macunaíma constituiu-se como elemento determinante da criação artística, sua e dos jovens escritores com os quais se correspondeu. Se, por um lado, Mário é o

⁷ Carta a Murilo Miranda, janeiro de 1940.

medalhão que povoa o horizonte de expectativas dos moços, por outro, será também o olho clínico, que influirá em seus espaços de experiência literária. Aos montes, eles se dirigiam ao velho carteador da Rua Lopes Chaves, e é mesmo provável que o fizessem em busca da censura, em nome da trágica e imperdoável fustigação dos originais, tacanhos, limitados, “impossíveis de existência” em sua grande maioria. Mas havia também talentos em potencial, diamantes brutos, carecendo de um empurrão que se lhes desatravancasse a musa.

A tarefa que atribuiu a si mesmo foi das mais fatigantes. Não obstante, manteve o controle sobre o incontrolável, exercendo com maestria o papel de agente alfandegário da contracultura. E o sucesso dessa empreitada se deve, em grande parte, ao monumento epistolar que erigiu.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de; ANDRADE, Mário de. *Carlos & Mário*. Organização de Lélia Coelho Frota; prefácio e notas de Carlos Drummond de Andrade e Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.

ANDRADE, Mário de. *A lição do guru: cartas a Guilherme de Figueiredo*. Edição preparada pelo destinatário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

ANDRADE, Mário de. *Cartas a Murilo Miranda*. Edição preparada por Raúl Antelo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ANDRADE, Mário de. *Cartas a um jovem escritor: de Mário de Andrade a Fernando Sabino*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade em Campos de Goitacazes: cartas de Mário de Andrade a Alberto Lamego 1935-1938*. Organização de Arthur Soffiati. Niterói: EDUFF, 1992.

ANDRADE, Mário de. *O empalhador de passarinho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Brasília: IPHAN, 2015.

ANDRADE, Mário de; ALVARENGA, Oneyda. *Cartas*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

ANDRADE, Mário de; BANDEIRA, Manuel. *Itinerários: cartas a Alphonsus de Guimaraens Filho*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

ANDRADE, Mário de; LISBOA, Henriqueta. *Correspondência: Mário de Andrade & Henriqueta Lisboa*. Organização, introdução e notas de Eneida Maria de Souza. Transcrição dos manuscritos de Maria Sílvia Ianni Bursalini. São Paulo: Editora Peirópolis: Edusp, 2010.

ANJOS, Cyro dos; ANDRADE, Carlos Drummond de. *Cyro & Drummond: correspondência de Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade*. Organização, prefácio e notas de Wander Melo Miranda e Roberto Said. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012.

COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis: desafio ao pensamento*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

DERRIDA, Jacques. *O cartão-postal: de Sócrates e Freud e além*. Tradução de Simone Perelson e Ana Valéria Lessa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DERRIDA, Jacques. *Políticas de la amistad seguido de El oído de Heidegger*. Tradução de Patricio Peñalver e Francisco Vidarte. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade*. Tradução de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DIDEROT, Denis. *Salons*. Oxford: Claredon Press, 1967. v. 4.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas epistolares*. São Paulo: Edusp, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2014.

MORAES, Rubens Borba de. *Lembrança de Mário de Andrade: 7 cartas*. São Paulo: Digital Gráfica, 1979.

SAFATLE, Vladimir. Aquele que diz “não”: sobre um modo peculiar de falar de si. In: FREUD, Sigmund. *A negação*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 34-53.

Recebido em: 15 de abril de 2019.

Aprovado em: 30 de julho de 2019.